



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**PAUTA
PARA A 22ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 09 DE MARÇO DE 2020**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 68, de 2020, de autoria da deputada Dra. Damaris Moura. Inclui no Calendário Turístico do Estado a Feira da Uva do Município de Palmeira d'Oeste.

2 - Projeto de lei nº 69, de 2020, de autoria do deputado Thiago Auricchio. Institui a Política de Sanitização de Ambientes do Estado de São Paulo a fim de evitar a transmissão de doenças infectocontagiosas.

3 - Projeto de lei nº 70, de 2020, de autoria do deputado Alexandre Pereira. Denomina "Ismael de Oliveira" a nova Rodovia Perimetral de Itatiba.

4 - Projeto de lei nº 71, de 2020, de autoria do deputado José Américo. Denomina "Japão - Liberdade - África" a atual estação Japão-Liberdade do Metrô de São Paulo.

2ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 5, de 2020, de autoria do deputado Emidio de Souza. Altera a redação da alínea "f" do inciso I e do item 8 do § 1º, ambos do artigo 18 da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de resolução nº 6, de 2020, de autoria do deputado Emidio de Souza. Inclui a alínea "d" ao § 1º do artigo 9º da Resolução nº 766, de 16 de dezembro de 1994 - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

3 - Projeto de lei nº 62, de 2020, de autoria do deputado Itamar Borges. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado o rodeio em cavalos na modalidade cutiano.

4 - Projeto de lei nº 63, de 2020, de autoria do deputado André do Prado. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Potim.

5 - Projeto de lei nº 64, de 2020, de autoria do deputado Teonilio Barba. Isenta do pagamento de IPVA os proprietários privados dos direitos sobre seu veículo em razão de furto, roubo, ou em decorrência de dano causado por enchente, alagamento ou inundação.

6 - Projeto de lei nº 65, de 2020, de autoria do deputado Itamar Borges. Altera e acrescenta dispositivo à Lei nº 7.844, de 13 de maio de 1992, que assegura a estudantes o direito ao pagamento de meia entrada em espetáculos esportivos, culturais, lazer e dá outras providências correlatas.

7 - Projeto de lei nº 67, de 2020, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Cria a Carteira de Identificação Estudantil do Estado de São Paulo - CIESP.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 59, de 2020, de autoria do deputado Altair Moraes. Cria a Carteira de Identificação Estudantil de São Paulo - CIESP.

2 - Projeto de lei nº 60, de 2020, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Cria a Carteira de Identificação Estudantil do Estado de São Paulo - CIEESP.

3 - Projeto de lei nº 61, de 2020, de autoria do deputado Tenente Nascimento. Obriga as empresas de grande porte do Estado que possuam em seus quadros 60% (sessenta por cento) ou mais de funcionários do sexo masculino a oferecerem palestra sobre o tema violência doméstica.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 57, de 2020, de autoria do deputado Adalberto Freitas. Torna obrigatória a instalação de dispensadores de álcool em gel nos bares, restaurantes, lanchonetes, supermercados, hipermercados, centros comerciais e similares.

2 - Projeto de lei nº 58, de 2020, de autoria do deputado Altair Moraes. Isenta do pagamento de tarifa nos transportes públicos estaduais os candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM nos dias de realização da prova.

5ª Sessão

Projeto de lei nº 56, de 2020, de autoria do deputado Tenente Nascimento. Cria a Carteira Estudantil Digital - CED no âmbito do Estado.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

2ª Sessão

Projeto de lei nº 66, de 2020, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 10.393, de 16 de dezembro de 1970, que reorganiza a Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, a Lei nº 14.016, de 12 de abril de 2010, que declara em extinção a Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, e a Lei nº 16.877, de 19 de dezembro de 2018, que autoriza o Poder Executivo a extinguir o Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo - IPESP.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

Projeto de lei nº 1167, de 2019, de autoria da deputada Carla Morando. Declara de utilidade pública a Comunidade de Amparo Social e Asilar - CASA, com sede em São Bernardo do Campo.